

Percepções docentes sobre violência escolar: o que pensam professores da educação básica em uma prática extensionista sobre direitos humanos e diversidades

Teachers' perceptions about school violence: what basic education teachers think about an extension practice on human rights and diversity

Edmarcius Carvalho Novaes¹

Renata Greco de Oliveira²

Ana Cristina Marques de Oliveira³

Tiago de Castro Silva⁴

Linda Carten Estevan⁵

RESUMO

Este artigo explora a percepção de professores da educação básica sobre a violência escolar, a partir de uma prática extensionista sobre direitos humanos e diversidades. A violência escolar é um fenômeno complexo e recorrente, que impacta diretamente a experiência de docentes e estudantes. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa e extensão “FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares”, em um momento de formação docente ocorrido em uma escola estadual localizada na cidade de Governador Valadares/MG. A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando os dados levantados com um questionário aplicado aos docentes. Os resultados indicam que a violência verbal e psicológica são as formas percebidas pelos respondentes como as mais frequentes no contexto escolar, sendo que a maioria dos professores opta por encaminhar os casos à direção escolar ou coordenação pedagógica, em vez de intervir diretamente. A análise sugere que a violência escolar reflete desigualdades estruturais, além de que a formação continuada dos docentes sobre temáticas de direitos humanos e diversidades, aliada a políticas institucionais eficazes, é essencial para um enfrentamento mais adequado da violência no contexto da educação básica.

¹ Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; professor na Universidade Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil; coordenador do Projeto “FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares” / PhD in Human Sciences, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; professor at the Vale do Rio Doce University, State of Minas Gerais, Brazil; coordinator of the project ‘FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares’ (edmarcius@hotmail.com).

² Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; professora na Universidade Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil; coordenadora institucional e coordenadora de área no Pibid-UNIVALE / PhD in Human Sciences, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; professor at Vale do Rio Doce University, State of Minas Gerais, Brazil; institutional coordinator and area coordinator in Pibid-UNIVALE (renata.greco@univale.br).

³ Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; servidora pública estadual de carreira da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SRE - Governador Valadares), Brasil; diretora da Escola Estadual Israel Pinheiro, Minas Gerais, Brasil / PhD in Human Sciences, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; tenured state civil servant of the State Secretariat of Education of Minas Gerais (SRE - Governador Valadares), State of Minas Gerais, Brazil; principal of the Israel Pinheiro State School, State of Minas Gerais, Brazil (ana.lemos@educacao.mg.gov.br).

⁴ Mestrando em Gestão Integrada do Território na Universidade Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil / Master's student in Integrated Territory Management, Vale do Rio Doce University, State of Minas Gerais, Brazil (tiago.castro@univale.br).

⁵ Mestranda em Gestão Integrada do Território na Universidade Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil / Master's student in Integrated Territory Management, Vale do Rio Doce University, State of Minas Gerais, Brazil (linda.lobes@univale.br).

Palavras-chave: Violência escolar. Direitos humanos. Diversidades. Formação docente. Educação básica.

ABSTRACT

This article explores the perception of basic education teachers about school violence, based on an extension practice on human rights and diversity. School violence is a complex and recurring phenomenon that directly impacts the experience of teachers and students. This study was carried out as part of the ‘FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares’ research and extension project, during a teacher training session in a state school located in the city of Governador Valadares, state of Minas Gerais. The research adopted a quantitative and qualitative approach, using data collected through a questionnaire applied to teachers. The results indicate that verbal and psychological violence are the forms perceived by the respondents as the most frequent in the school context, with most teachers choosing to refer cases to the principal or pedagogical coordinator, instead of intervening directly. The analysis suggests that school violence reflects structural inequalities and that continued training for teachers on human rights and diversity issues, combined with effective institutional policies, is essential for a more adequate confrontation of violence in the context of basic education.

Keywords: School violence. Human rights. Diversity. Teacher training. Basic education.

INTRODUÇÃO

Este artigo explora a percepção de professores da educação básica sobre a violência escolar, um fenômeno complexo e recorrente, a partir de uma prática extensionista sobre direitos humanos e diversidades. Parte-se das premissas de que a escola pode ser entendida como um território marcado por relações de poder e compartilhamento de saberes. Além disso, entende-se que essas instituições de ensino são espaços em que há relações humanas diversas, o que pode contribuir para que se tornem ambientes propícios para que a violência, real ou potencial, esteja presente – haja vista que preconceitos e violências estruturais são reproduzidas nesses locais (Novaes, 2022; Nonato *et al.*, 2022).

Em geral, a violência escolar impacta diretamente o processo de ensino-aprendizagem, bem como as experiências pessoais e profissionais de professores e estudantes (Oliveira, 2022). Nesse contexto, a educação em direitos humanos destaca-se como um tema transversal obrigatório na educação brasileira (Brasil, 2012), por se entender que ela contribui para o fortalecimento de uma sociedade estruturada no Estado Democrático de Direito, na qual o combate a todas as formas de violência se faz presente na gestão dos espaços educacionais.

A partir da realidade presenciada no território escolar, em que práticas de violências impactam a garantia dos direitos humanos e diversidades, identificou-se a necessidade da

realização de um projeto de pesquisa e extensão que tivesse o objetivo de discutir a violência escolar e construir coletivamente alternativas para solucioná-la, pensando, sobretudo, nas formas de resistência acionadas pelos estudantes que são alvo de preconceitos e discriminações em razão de distintos marcadores sociais da diferença (Henning, 2015; Teixeira; Sanches, 2023; Novaes *et al.*, 2024).

Desse modo, o presente artigo decorre de uma atividade inicial diagnóstica, que se caracteriza como parte da extensão universitária desenvolvida no projeto “FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares”⁶ (doravante “Fala Jovem”), em execução por professores pesquisadores e alunos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* em nível de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Realizada em 25 de fevereiro de 2025, a formação docente em direitos humanos e diversidades teve como público-alvo os professores de uma escola estadual parceira do projeto, palco das atividades de pesquisa e extensão. A prática possibilitou a aproximação com o corpo docente escolar, bem como um diálogo sobre suas percepções em relação à ocorrência de violência nessa escola. Embora as atividades planejadas para o projeto de pesquisa e extensão tivessem como foco os estudantes do ensino médio da educação básica, para o projeto poder ser implementado se tornou imprescindível, no planejamento estratégico, que a dialogicidade extensionista fosse desenvolvida inicialmente com o corpo docente, fomentando a adesão de todos os atores sociais presentes no contexto escolar.

A atividade culminou no fortalecimento da percepção coletiva de que a violência escolar é uma questão de educação em direitos humanos e diversidades. Desse modo, ao dialogar sobre esse tópico, é essencial que contenham, recorrentemente, práticas de pesquisa e extensão universitária em interface com a educação básica.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Por seu caráter extensionista, o “Fala Jovem” ampliou a conversa, antes mesmo das atividades direcionadas aos estudantes, dialogando com os professores que atuam no ensino médio da escola estadual parceira do projeto, para apresentá-lo e realizar um diagnóstico inicial

⁶ O projeto de pesquisa e extensão “FALA JOVEM: diálogos sobre violências e formas de resistências vivenciadas por estudantes do ensino médio em uma escola estadual de Governador Valadares” tem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), a partir da sua aprovação no Edital 13/2023, destinado para projetos de Pesquisa para Inovação na Educação Básica. Além disso, tem o apoio financeiro da Fundação Percival Farquhar, mantenedora da Universidade Vale do Rio Doce.

dialógico. Essa decisão considera que a ação extensionista possui características essenciais que a definem, preconizadas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão (Forproex, 2012) e que se reafirmam com a Resolução CNE/CES 07/2018 (Brasil, 2018).

Assim, o “Fala Jovem” destaca-se por sua interface com a educação básica, ao pensar na necessidade da interação dialógica, na relevância da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, na indissociabilidade do processo ensino-pesquisa-extensão, bem como nos impactos sobre a comunidade parceira – além dos experienciados durante a formação pelos próprios estudantes universitários.

De modo geral, o projeto não se caracterizaria como uma atividade extensionista caso não tivesse essas especificidades. Dentre elas, a dialogicidade é a mais desafiadora e, ao mesmo tempo, a principal característica de uma prática de extensão:

Para Freire a comunicação é existencial e ontológica, é o que nos caracteriza humanamente. Quando grupos, comunidades, coletivos não são ouvidos, quando não tomam parte protagonista nas relações, estão sendo coisificados, reduzidos à condição de objeto. Isto é uma violência; não pode ser a condição da ação de extensão universitária (Pinto; Oliveira, 2024, p. 193).

Essa perspectiva da atividade extensionista ampliou o campo de atuação do projeto “Fala Jovem”, envolvendo professores e outros atores pertencentes à comunidade escolar nos diálogos da extensão. Em regra, adentrar na escola para realizar oficinas didáticas sobre violência escolar e as formas de resistência agenciadas pelos estudantes trará impactos para a escola e para a universidade, com a formação dos estudantes (do ensino médio, da graduação e da pós-graduação) e dos professores universitários e, conseqüentemente, impactos também para os professores da escola parceira. Isso indica, portanto, que todo esse processo formativo não pode se efetivar sem que estes sejam parte da proposta extensionista, uma vez que, ao longo de todo o projeto, os professores estarão envolvidos nos diálogos e nas avaliações das ações do projeto durante o percurso investigativo e extensionista.

A ênfase na interação dialógica se justifica pela capacidade transformadora dos diálogos, sobretudo aqueles que debatem temáticas das diversidades, pautando-se pela educação em direitos humanos. A concepção de extensão adotada pela Política de Extensão da Univale (2020) reforça a ênfase na dialogicidade, por considerar a extensão um:

processo formativo **interdisciplinar** e **interprofissional** que se efetiva em **interface com a pesquisa e o ensino**, no campo das ações que se inserem na sociedade, preferencialmente, em contextos de vulnerabilidade, consolidando o caráter de pertinência e responsabilidade social e socioambiental da universidade ao promover a **dialogicidade transformadora**, emancipatória e articuladora dos diversos saberes acadêmicos e populares (Univale, 2020, p. 8 *apud* Gomes; Oliveira; Fernandes, 2024, p. 285, grifos dos autores).

O projeto, portanto, integra a extensão pelo caráter de suas atividades de pesquisa, possibilitando discussões que abordem as formas de violência escolar em temáticas sobre diversidades que dialogam diretamente com as questões de dignidade, tecnologia, trabalho e empregabilidade, gênero, raça, etnia, sexualidade, deficiência, meio ambiente *etc.*, intrinsecamente pautadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

METODOLOGIA

Esta apresentação da prática extensionista, em interface com a educação básica, adota uma abordagem quanti-qualitativa, configurando-se como um estudo exploratório-descritivo (Creswell, 2010), desenvolvido no âmbito das atividades de extensão do projeto “Fala Jovem”. Possui como objetivo fomentar espaços de escuta e diálogo entre os estudantes e a comunidade escolar, promovendo reflexões sobre a violência no ambiente educacional, por meio de temáticas que tratam pautas de direitos humanos e diversidades.

Para implementar o processo dialógico característico das práticas extensionistas, foi realizado um diagnóstico inicial por meio da aplicação de um questionário estruturado, respondido por 59 professores participantes da atividade inicial, sobre as ocorrências de violência no contexto escolar. O consolidado das respostas foi apresentado ao grupo respondente e, posteriormente, discutido.

O questionário supracitado continha perguntas relacionadas à frequência dos episódios de violência, suas tipologias, as formas de intervenção adotadas pelos docentes e os impactos percebidos no ambiente escolar. O instrumento foi elaborado com base na literatura sobre violência escolar e aplicado presencialmente, em formato digital, garantindo maior acessibilidade aos participantes. A tecnologia utilizada permitiu que, logo após a aplicação do questionário, fosse realizada uma exposição dialogada dos gráficos/resultados de cada uma das questões, oportunizando, para além de uma coleta de dados, a interação dialógica entre os pesquisadores do projeto e os docentes da escola parceira.

Para a presente análise, foi realizado um recorte das perguntas do questionário original, selecionando-se aquelas que estivessem mais relacionadas ao objetivo do artigo. O momento dialógico, munido das subjetividades das oralidades, também ofereceu elementos para o diagnóstico inicial do projeto. Contudo, outros diagnósticos serão realizados com os estudantes participantes nas demais ações extensionistas, no que diz respeito a pesquisas previstas no projeto para os próximos semestres.

Por fim, ressalta-se que o projeto extensionista foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), recebendo o parecer de número 7.613.791, garantindo a eticidade de todos os procedimentos realizados com os participantes.

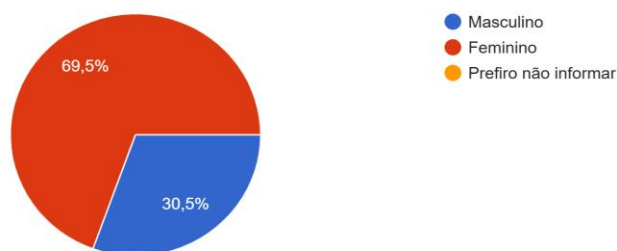
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A definição de violência escolar apresenta múltiplas interpretações, variando conforme o contexto e as relações sociais envolvidas. Estudos recentes, como o de Oliveira (2022), demonstram que a violência escolar não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das interações sociais e das desigualdades presentes na sociedade. Contudo, é necessário compreender o território escolar como um espaço relacional, no qual se constroem narrativas e vivências de resistência frente à violência.

Como parte do diagnóstico inicial, o questionário possibilitou traçar um perfil do corpo docente do ensino médio da escola estadual parceira. Os docentes participantes apresentam diversidades em vários aspectos. Em relação ao gênero, a amostra é composta majoritariamente por professoras que se autointitularam como pessoas do gênero feminino (69,5%), seguidas por docentes do gênero masculino (30,5%). Nenhuma outra identidade de gênero foi autodeclarada pelos participantes, conforme explícito no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Gênero

Qual seu gênero?
59 respostas

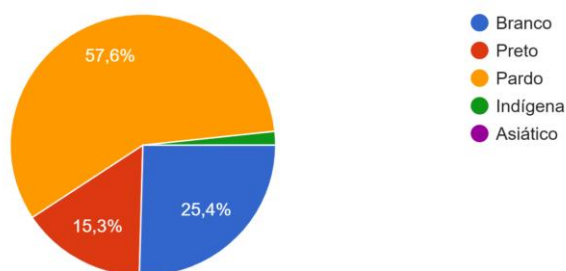


Fonte: dados dos autores (2025).

No que tange à cor/raça dos participantes, os dados do Gráfico 2 revelam uma diversidade entre os respondentes, sendo que 57,6% se autodeclararam como pardos, 25,4% brancos, 15,3% pretos, e uma menor representatividade de 1,7% como indígenas.

Gráfico 2 – Cor

Qual sua cor?
59 respostas

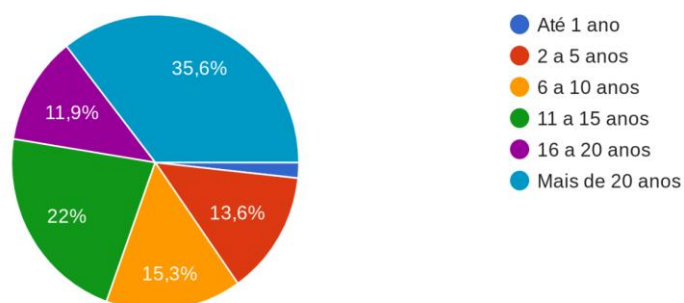


Fonte: dados dos autores (2025).

Quanto à formação dos professores, a maioria deles possui especialização *lato sensu* (50,8%), enquanto 45,8% possuem somente a graduação e 3,4% possuem mestrado. No que diz respeito ao período de experiência no magistério, conforme observado no Gráfico 3, percebe-se uma variação significativa: 1,7% dos docentes possuem até 1 ano de atuação; 13,6% possuem de 2 a 5 anos de atuação; 15,3% possuem entre 6 e 10 anos de experiência; 22% possuem entre 11 e 15 anos de atuação; 11,9% possuem entre 16 e 20 anos de atuação; e, por fim, 35,6% atuam há mais de 20 anos na área. De modo geral, um dado interessante a ser observado, é que 69,5% dos professores têm mais de 10 anos de experiência docente.

Gráfico 3 – Tempo de atuação

Qual seu tempo de exercício no magistério?
59 respostas



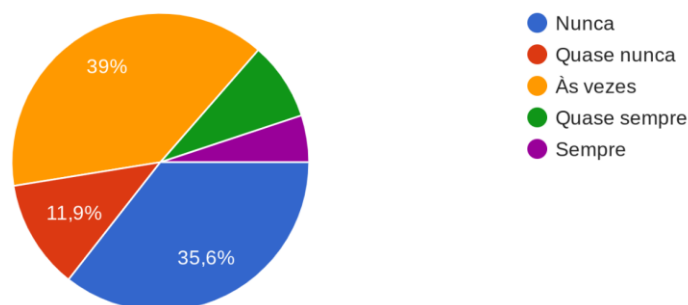
Fonte: dados dos autores (2025).

Contudo, percebe-se que, em outra pergunta do questionário e nos momentos de diálogo, ao serem questionados sobre o tempo de atuação na escola parceira, a maioria dos respondentes afirma ter entre 1 e 2 anos de experiência, o que indica a importância dos momentos de extensão do projeto “Fala Jovem”. Esses momentos são relevantes, inclusive, para os próprios professores da instituição, uma vez que permitem a compreensão coletiva da violência escolar como um fenômeno existente e, sobretudo, de suas especificidades naquela instituição de ensino. No momento da leitura e discussão dos resultados, surgiu essa observação como um fator que impacta no resultado de outras questões aplicadas, como a quantidade de experiências com a violência escolar vivenciadas na escola parceira do projeto.

Os dados coletados indicam que a percepção dos docentes sobre a violência escolar aponta para uma ocorrência razoavelmente frequente, com diferentes tipos de agressão. Nesse sentido, a maioria dos professores relatou ter presenciado episódios de violência na escola, conforme aponta o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Observação de casos de violência na escola

1) Você já observou algum caso de violência nesta escola? Por favor, marque a melhor resposta
59 respostas



Fonte: dados dos autores (2025).

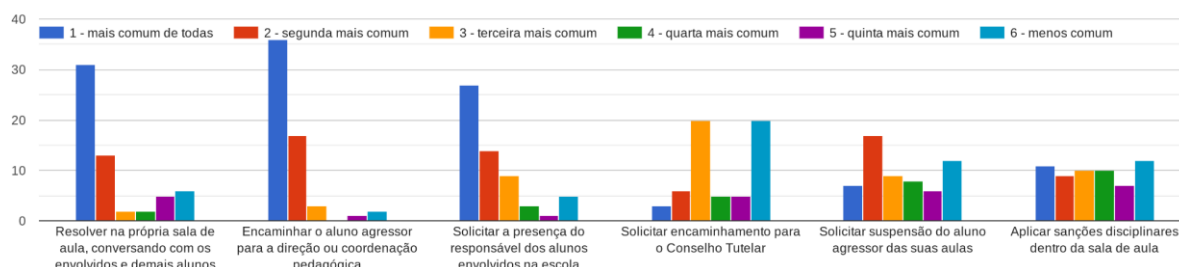
No diálogo com os professores, com relação ao Gráfico 4, foi destacado que “Nunca” e “Quase nunca” somam quase metade das respostas (47,5%), enquanto 39% responderam que “Às vezes” observaram algum caso de violência na escola parceira. Os professores questionaram se o fato de a maioria deles atuarem a menos de dois anos na escola teria impactado nessa percepção, que é possível de ser inferido face os dados levantados.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento à violência, verificou-se que a maioria dos professores busca resolver o problema com os estudantes em sala de aula, ou, às vezes, opta por encaminhá-los diretamente à direção escolar ou coordenação pedagógica; quando um terceiro faz esse encaminhamento, é mais comum aparecer a solicitação da presença

dos responsáveis pelo/s estudante/s em situação de conflito. Ao considerar essas três estratégias principais, é possível perceber uma tendência de mediação externa em detrimento da intervenção direta na sala de aula, conforme aponta o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Atitudes dos professores ao observar casos de violência em sala de aula

2) Em sua opinião, quais as atitudes mais comuns, entre os professores, ao observar um caso de violência em sala de aula? Por favor, numere em ordem de sua escolha, sendo 1 (mais comum) ao 6 (menos comum):



Fonte: dados dos autores (2025).

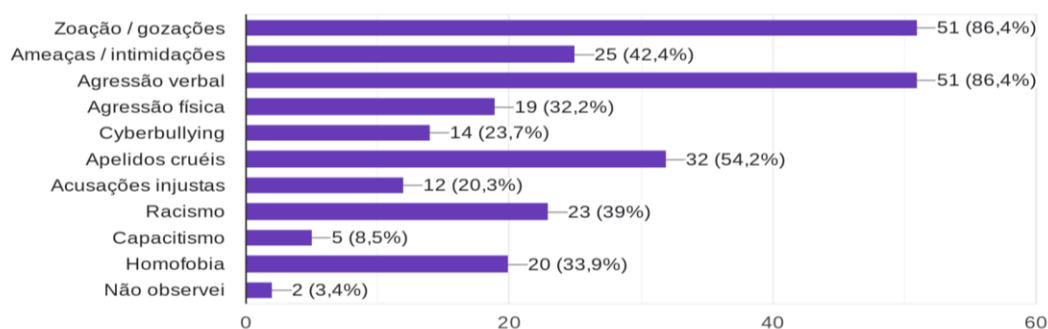
No entanto, essa intervenção externa limita-se ao espaço da própria escola e sua relação com a família. Nesse sentido, intervenções do Conselho Tutelar, suspensões ou outras sanções disciplinares são as estratégias menos utilizadas. Uma curiosidade observada foi a ação de “solicitar o encaminhamento ao Conselho Tutelar” apresentar um empate entre ser a “terceira mais comum” e a “menos comum” de todas as atitudes, conforme as respostas coletadas. Novamente, o fato de a maioria dos professores estar há pouco tempo na escola parceira pode ter influenciado o resultado da questão.

Com relação aos casos mais comuns de violência observados no ambiente escolar, destacam-se agressão verbal, zoação/gozações, apelidos cruéis e ameaças/intimidações, conforme exposto no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Casos de violência mais comuns observados pelos professores

3) Em sua opinião, quais são os casos mais comuns de violências que você observou no ambiente escolar? Por favor, marque tantas respostas quanto for o caso:

59 respostas



Fonte: dados dos autores (2025).

De modo geral, é preocupante a frequência das violências contendo agressão física, racismo e homofobia, uma vez que são práticas que atravessam as pautas de educação em direitos humanos e diversidades. Além disso, é possível que o racismo e a homofobia estejam nas raízes das demais violências destacadas pelos professores. No diálogo com eles, essas questões não foram aprofundadas, embora tenham sido abordadas pautas sobre preconceito, diversidade, sexualidade e juventudes, as quais veiculam nos campos sensíveis das relações humanas e seus conflitos.

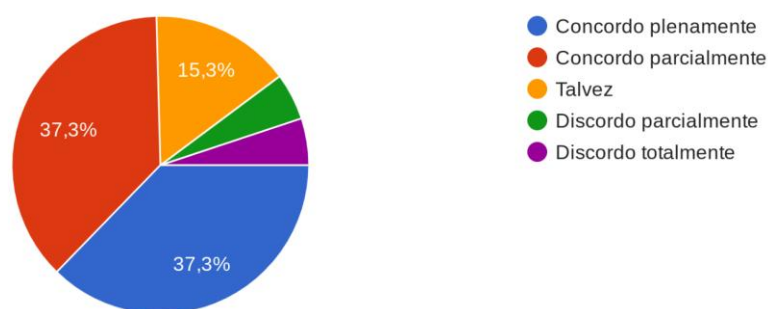
Nesse sentido, Novaes (2022) aponta que as violências no contexto escolar relacionadas às questões de gênero e, mais especificamente, homofóbicas, decorrem do fato de as sexualidades dissidentes atacarem a subjetividade de masculinidades heterossexuais, pautadas por uma relação falocêntrica:

Trata-se da incapacidade de lidar com o medo, com a insegurança, com a fraqueza que vem da possibilidade da flacidez [...]. As masculinidades de homens heterossexuais se desfazem diante das expressões prazerosas de masculinidades dissidentes (Novaes, 2022, p. 67).

Ao serem questionados sobre suas capacidades em resolver situações de violência entre os alunos, apenas 37,3% concordam plenamente com a afirmação de que puderam deter situações de violência entre eles. Semelhantemente, o mesmo percentual de professores afirmou que concorda parcialmente, somando 74,6% de docentes que, de certa forma, se sentiram capazes de deter essas situações. De outro modo, 25,4% de professores responderam “Talvez”, “Discordo parcialmente” ou “Discordo totalmente”, conforme exposto no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Capacidade de deter situações de violência entre alunos

6) Se auto analise e responda: Fui capaz de deter situações de violência entre os alunos
59 respostas



Fonte: dados dos autores (2025).

Em suma, os dados coletados indicam que a percepção dos docentes em torno da violência escolar aponta para uma ocorrência relativamente frequente de diferentes tipos de agressão. A maioria dos professores relatou ter presenciado episódios de violência recorrentemente, reforçando a ideia de que a violência não é um evento isolado, mas um fenômeno estrutural no ambiente escolar, bem como na sociedade.

Dentre os tipos de violência mais relatados pelos professores, a violência psicológica se destaca como uma das mais recorrentes, manifestando-se, conforme indicado no Gráfico 6, por meio de zoação/gozações, agressão verbal, apelidos cruéis e ameaças/intimidações. Muitas vezes, essas violências não marcam fisicamente os sujeitos, o que pode contribuir para a subestimação tanto pelos educadores quanto pelas instituições escolares. Ainda assim, os professores demonstraram um papel fundamental na identificação dessas ocorrências, reconhecendo a gravidade da violência psicológica e a necessidade de abordagens mais eficazes para sua prevenção e enfrentamento.

A partir da leitura interdisciplinar da violência escolar proposta por Oliveira (2022), observa-se que esse fenômeno está diretamente relacionado às dinâmicas sociais e culturais presentes na escola. A violência psicológica pode ser interpretada como uma forma de reprodução de desigualdades e exclusão social, bem como violação dos direitos humanos e ataques às diversidades no espaço escolar. Isso evidencia a não neutralidade das escolas, representando um espaço onde as relações de poder e a dominação se manifestam. Conforme apontado por Bourdieu (1989), o *habitus* e a estrutura social influenciam significativamente a maneira como conflitos emergem e são tratados nessas instituições.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento da violência, os professores relataram que, ao lidar com casos de violência psicológica, buscam inicialmente solucionar o problema diretamente com os estudantes. Contudo, na maioria das vezes, precisam encaminhar a situação para a direção escolar ou coordenação pedagógica, demonstrando uma tendência de mediação externa em detrimento da intervenção direta; esse comportamento pode ser reflexo do despreparo específico para lidar com conflitos interpessoais no ambiente escolar. Ademais, a ausência de protocolos claros que discorram sobre como lidar com esses casos também pode contribuir para que situações desse tipo se perpetuem, reforçando a sensação de impunidade entre os agressores e a vulnerabilidade das vítimas.

A análise das respostas e dos diálogos sugere que os professores percebem a escola como um espaço ambíguo, que tanto pode reforçar estruturas violentas quanto possibilitar a construção de novas formas de convivência baseadas no diálogo e no respeito. A leitura interdisciplinar da violência escolar proposta por Oliveira (2022) contribui para essa

compreensão ao enfatizar a necessidade de políticas e práticas que ressignifiquem o papel do ambiente educacional na prevenção e no enfrentamento da violência. A partir da visão de Bourdieu (1989), pode-se afirmar que a violência escolar não é apenas um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das estruturas sociais mais amplas, nas quais as relações de poder e dominação exercem um papel central na perpetuação de práticas excludentes no sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que a violência escolar é um fenômeno recorrente e multifacetado, impactando diretamente a experiência dos docentes e dos estudantes. A percepção dos professores indica que as agressões verbais e psicológicas são as mais comuns e que a resposta institucional a esses eventos, frequentemente, envolve a mediação externa por parte da direção escolar e coordenação pedagógica. Essa estratégia, de modo geral, reflete o quanto é desafiador para os professores lidarem com conflitos. Além disso, urge a necessidade de apoio institucional para um enfrentamento mais eficaz, bem como para a realização de ações preventivas e preparação dos professores para a gestão de conflitos na escola.

Diante desse cenário, destaca-se a importância da formação continuada dos docentes, abordando estratégias de prevenção e gestão da violência escolar. Outrossim, ficou evidente a necessidade de suporte aos profissionais da educação e às escolas, especialmente por meio da implementação de políticas e programas que promovam a gestão de conflitos para uma educação em direitos humanos e diversidades.

Em geral, projetos de extensão e pesquisas acadêmicas em interface com a educação básica, como o “Fala Jovem”, podem proporcionar espaços de escuta e reflexão, contribuindo para a construção de soluções mais eficazes para o problema da violência escolar. A universidade, com a escola de educação básica e em integração com a comunidade, por meio das ciências e da interdisciplinaridade, pode produzir novos saberes, teórico-práticos, que contribuam para a inclusão e justiça social.

Nesse sentido, o caráter dialógico da extensão potencializa a pesquisa e empreende a escuta atenciosa para compreender professores e estudantes, além de buscar juntos as soluções para as demandas que emergem desse diálogo. A continuidade dessas iniciativas, aliada a políticas públicas voltadas para a segurança e bem-estar no ambiente escolar, é essencial para a transformação desse contexto e para a eliminação das formas de violência no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rpc001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 3 jul. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

GOMES, A. M. A.; OLIVEIRA, R. G.; FERNANDES, V. C. Repensando a extensão: formação com professores orientadores de extensão e coordenadores de cursos de graduação da UNIVALE. In: NOGUEIRA, A. B.; SILVA, A. W. C.; PLACIDO, V. L. S. (org.). **A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos**. Campinas: Splendet PUC-Campinas, 2024. p. 279-297.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de mercadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. DOI 10.5433/2176-6665.2015v20n2p97. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NONATO, E. M. N. *et al.* A relação entre o campo de possibilidades e o projeto de vida de jovens em situação de conflito escolar. **Educação**, Santa Maria, v. 47, p. 1-23, 2022. DOI 10.5902/1984644447403. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/47403>. Acesso em: 4 jul. 2024.

NOVAES, E. C. **“Prazer, maricon”**: multiterritorialidades de homens gays envelhecidos em Governador Valadares. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/245687>. Acesso em: 3 jul. 2024.

NOVAES, E. C. *et al.* Vivências de juventudes LGBTQIAPN+ no ensino superior: entre marcadores sociais de diferença e violências de gênero. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1726-1743, set./dez. 2024. DOI 10.5216/ia.v49i3.80696. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/80696>. Acesso em: 4 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. C. M. **Itinerários de (in)disciplinas, violências e conflitos escolares:** narrativas de vivências e r-existências no território escolar. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/244435>. Acesso em: 4 jul. 2024.

PINTO, F. D. A.; OLIVEIRA, R. G. A dialogicidade na extensão universitária: experiências “para” e “com” o coletivo Abayomi. *In*: NOGUEIRA, A. B.; SILVA, A. W. C.; PLACIDO, V. L. S. (org.). **A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos**. Campinas: Splendet PUC-Campinas, 2024. p. 179-195.

TEIXEIRA, J. M.; SANCHES, A. Marcadores sociais da diferença e educação para os direitos humanos. **Respeitar é preciso**, 30 ago. 2023. Disponível em: <https://respeitarepreciso.org.br/marcadores-sociais-da-diferenca-e-educacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNIVALE. UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE. **Política de extensão da UNIVALE**. Governador Valadares: UNIVALE, 2020.

Submetido em 31 de março de 2025.

Aprovado em 21 de maio de 2025.